



DESCOBERTAS
DO BRASIL

Angélica Madeira
e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA



UnB

ENIGMA BRASIL

Este livro multidisciplinar compõe-se de diversos olhares curiosos e perspicazes de autores contemporâneos sobre os variados países-Brasil, imaginados por artistas e intelectuais ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade. São onze ensaios – escritos por sociólogos, teóricos e estudiosos da literatura, antropólogos, lingüistas, críticos de arte, diplomatas, historiadores e artistas, alguns renomados, todos muito lúcidos e bem informados – a respeito de movimentos culturais e autores que pensaram, pintaram, romancearam, cantaram, filmaram o Brasil, dos pós-modernos ao Marquês de Lavradio, do Cinema Novo aos iluministas, dos românticos aos modernistas, de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, de Humberto Mauro a Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha.

Dessa polifonia emergem tradições culturais muito distintas entre si, tanto dos autores dos ensaios quanto dos artistas, intelectuais e textos analisados. As visões se interpenetram, se contradizem e se influenciam mutuamente, trazendo para o centro do livro questões cruciais, rela-



DESCOBERTAS
DO BRASIL



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Elizabeth Cancelli

Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski,
Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck,
Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



DESCOBERTAS DO BRASIL

Angélica Madeira e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA

UnB

Copyright © 2001 by Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2ª andar

70300-500 Brasília DF

Fax: (0__61) 225-5611

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli *preparação de originais*

Gilvam Joaquim Cosmo, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, Clarissa Falcão de Sant'Anna, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof *revisão*

Sabrina Lopes *projeto gráfico e capa*

Elmano Rodrigues Pinheiro *produção gráfica*

Screen CTP e Fitolitos Digitais *fotolitos*

Editora e Gráfica Itamarati *impressão e acabamento*

Ilustração da capa: sobre a imagem "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil", de João Teixeira Albernaz, 1640. Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Descobertas do Brasil / Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)
Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
340 p.

ISBN: 85-230-0606-0

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. I. Madeira, Angélica.
II. Veloso, Mariza.

CDU 981

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte e desta natureza não poderia ser realizado sem o esforço e a colaboração de pessoas e instituições que o tornaram viável e concreto.

Agradecemos ao Embaixador Lauro Moreira, Presidente da 1ª Comissão para as Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, por seu empenho primordial em construir uma base para a reflexão crítica e multidisciplinar sobre a Cultura Brasileira.

Ao Secretário Tarcísio Costa, Secretário Executivo da mesma Comissão, interlocutor intelectual e entusiasta das idéias que orientaram este projeto.

A Maria Lucia Verdi, Assessora Especial da Comissão, que, em momentos de dificuldades e incertezas sobre a continuidade deste projeto, assumiu, de forma decisiva, a coordenação dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer ainda a todos aqueles que participaram da execução, desde seu início até sua concretização em forma deste livro.

Nosso reconhecimento a todos os colegas que aceitaram participar desta coletânea, com suas idéias originais, resultado de pesquisas extensas e exaustivas, mesmo tendo sido mudadas a natureza e as condições iniciais.

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	9
Brasil-Colônia: Deslocamento e Hibridismo	
Molduras para o Período Colonial Brasileiro: uma agenda de pesquisa Angélica Madeira e Mariza Veloso	23
No Brasil Colonial, "um é o outro": etnocentrismo e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio Mary Del Priore	53
Combates da razão: luzes e pombalismo entre os mineiros Fábio Lucas	77
O Brasil Moderno: Literatura e Sociedade	
Oralidade, romance e pedagogia de leitura no romantismo brasileiro Marisa Lajolo	89
Os sertões entre dois centenários Roberto Ventura	109
Caio Prado: modernista, contemporâneo Mariza Veloso e Angélica Madeira	125
A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico Lúcia Lippi Oliveira	139

Ensaio

- grandesertão.br ou: A invenção do Brasil
Willi Bolle 165

Arte e Cultura

- A sonoridade brasileira
Luiz Tatit 239

- O Brasil traduzido no cinema
Flávio Goldman 273

- A construção da identidade nacional na arte
dos anos 1960 e 1970
Murilo Fernandes Gabrielli 293

- Sobre os autores** 325

- Créditos das imagens** 327

**O BRASIL MODERNO:
LITERATURA E SOCIEDADE**



OF BRASSIL MODERN
ON RATIONAL FOOTWEAR

A REDESCOBERTA DO BRASIL NOS ANOS 1950: ENTRE O PROJETO POLÍTICO E O RIGOR ACADÊMICO

Lúcia Lippi Oliveira

O presente texto pretende mostrar o significado dos anos 1950 no imaginário sociopolítico brasileiro. Vai apresentar essa conjuntura como um ponto de inflexão entre a tradição dos anos 1920 e 1930 e o processo de modernização que se instaura no mundo e no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Nos anos 1950, são também estabelecidas as categorias que guiarão as análises das transformações e das lutas que terão lugar nos anos 1960.

Pensar sobre o Brasil tem se apresentado como questão básica para inúmeras gerações de intelectuais comprometidos em construir a nacionalidade. A inteligência, às voltas com a construção da nação, tenta vencer a marca de origem: o país se constituiu como ser nacional a partir do *olhar estrangeiro*, aquele produzido pelos viajantes ao longo do século XIX. A literatura romântica procurou constituir uma especificidade do ser nacional tomando como eixo central o índio, ainda que idealizado, mas essa construção simbólica fora questionada no final do século XIX. Uma tentativa de vencer o peso do olhar estrangeiro, nos anos 1920, esteve veiculada ao combate à imitação, à cópia. Acreditava-se que um dos maiores problemas era o brasileiro viver expatriado em sua própria terra, estar de costas para o país, sonhando viver ou morrer em Paris. Assim, a missão do intelectual era vencer a percepção de sua realidade como exótica, ou seja, vencer o olhar estrangeiro que informava a visão de si próprio.

Os intelectuais se atribuem a missão de fornecer à sociedade uma interpretação geral do mundo e produzir uma idéia de nação que possa se contrapor ao localismo, sobrepor-se aos interesses particulares de grupos e classes; e, por fim, seja capaz de apressar o encontro de tempos históricos distintos. Um bom exemplo de intelectual portador dessa missão histórica de salvar o país pode ser o de Euclides da Cunha.

A ciência do início do século, com seu viés positivista/evolucionista, assim como as ciências sociais que se institucionalizaram nos anos 1930 apresentaram-se como linguagens capazes de expressar a construção da identidade nacional. A ciência foi e é a linguagem que permite a elaboração de diagnósticos, a identificação dos sintomas da cultura, ainda que submetidos ao espelho crítico de um outro considerado *civilizado* e *universal*. Nada disso,

entretanto, é específico do Brasil ou de apenas um período da vida brasileira. Então, o que pode ser considerado como *particular* aos anos 1950?

Será nos anos 1950 que toma feição uma nova interpretação de Brasil. Na comparação com outros países do mundo, é construída uma nova categoria – a de *subdesenvolvido* – que passa a substituir a de país *atrasado*. Ou seja, foi construída a dicotomia *subdesenvolvido versus desenvolvido* para substituir a anterior, *atrasado versus adiantado*. Igualmente relevantes foram as transformações no campo político-ideológico que fizeram a questão nacional, originalmente atrelada a movimentos de direita, tornar-se o eixo central do pensamento das esquerdas. Vamos apresentar autores, obras e questões do pensamento brasileiro que permitem acompanhar esse processo.

As transformações em curso na sociedade brasileira durante o governo de Vargas, principalmente no Estado Novo, e o impacto da Segunda Guerra Mundial foram significativos para alterar a idéia de nação desejada. O Estado Novo (1937-1945), ao pretender ser novo e nacional, procurou juntar modernização e tradição, construindo uma doutrina, uma ideologia, na qual os intelectuais tiveram um papel de destaque. Eram eles considerados como capazes de perceber, antes dos demais, as tendências, as demandas, do povo e da nação. Recuperando a denúncia à cópia dos anos 1920, retomando a descoberta do Brasil realizada pelos modernistas de 1922, os intelectuais do Estado Novo desenharam o Estado como tutor, como pai, diante de uma sociedade imatura, que necessitava ser orientada. Diferentes instrumentos de educação coletiva foram criados ou desenvolvidos visando educar o povo, promover o ensino de bons hábitos. O rádio, o cinema educativo, o esporte e a música popular comungavam desse objetivo comum de integrar os indivíduos no novo Estado nacional. O povo tinha uma avaliação positiva, era puro, espontâneo, autêntico – mas analfabeto, imaturo, inconsciente –, e seria a ação do Estado que poderia salvá-lo. O povo seria uma matéria-prima a ser trabalhada pelo Estado.¹

É preciso lembrar que a discussão sobre os modelos fundadores da sociedade brasileira acontecida nos anos 1940 teve lugar no mesmo momento em que se assistia à penetração cultural norte-americana na América Latina e no Brasil, como resultado de uma ação política governamental dos Estados Unidos, desenvolvida durante a Segunda Guerra. A presença norte-americana vai ser intensificada, visando enfrentar as políticas culturais da Itália, da Alemanha e do Japão – vale lembrar as colônias alemã, italiana no Sul do país e o grande número de imigrantes japoneses e italianos em São Paulo –, na América Latina e no Brasil. A criação de uma agência, o Office for the Coordination of Inter American Affairs (OCIAA), em 1940, marca esse momento de ação cultural do governo americano no hemisfério sul. Sob direção de Nelson Rockefeller, a

agência denominada Birô Interamericano realizou a preparação do esforço de guerra, coordenando agências estatais e privadas, mobilizando a comunidade norte-americana de negócios no reforço da solidariedade hemisférica. O setor de imprensa do Birô cuidou da transmissão de notícias de guerra, da divulgação do sacrifício dos americanos nos campos de batalha, assim como da divulgação do Brasil nos Estados Unidos. Foi também o Birô que patrocinou a visita de astros e estrelas de Hollywood à América Latina e ao Brasil. Nesse esforço se inseriu o mundo do cinema e, em particular, a visita de Walt Disney ao Brasil em 1941, a produção do desenho *Alô, amigos!* e o nascimento do Zé Carioca. Outra prova da boa vizinhança foi a vinda do escultor Jo Davidson à América Latina para fazer bustos dos seus presidentes.² Faz parte desse intercâmbio cultural a ida de Carmen Miranda para os Estados Unidos. Do lado brasileiro, a ação do Birô contou com a colaboração do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de autoridades do governo brasileiro.

A idéia de *boa vizinhança* esteve presente em numerosos eventos culturais no Brasil. As rádios, os bailes de carnaval, os *jingles*, a indústria fonográfica foram os canais por onde passava a cultura moderna que se difundia para todo o Brasil. É preciso lembrar que foi no Rio de Janeiro, capital federal à época, que teve lugar um laboratório de experiências culturais que foram a seguir nacionalizadas. Em 1932, Villa-Lobos levou o canto orfeônico às escolas públicas do então Distrito Federal. Os jornais e a prefeitura promoveram concursos de carnaval favorecendo a consagração de inúmeras marchinhas e de seus compositores e intérpretes. Nesse processo, alguns gêneros musicais foram eleitos como *populares* e *nacionais* em detrimento de outros, que passaram a ser classificados como *regionais*, *sertanejos* ou *folclóricos*. É aí que o samba passa a ser elevado à categoria de música nacional,³ e o carnaval se torna o símbolo do Brasil. É no Rio de Janeiro que estavam as principais emissoras, como a Mayrink Veiga e depois a Rádio Nacional, as gravadoras Victor e Odeon, e onde faz sucesso o teatro de revista com piadas e música e um gênero particular de cinema, a *chanchada*, congregando filme, música e carnaval.

A Segunda Guerra levou a uma redefinição de grupos e correntes ideológicas que desde o início dos anos 1930 tinham se dividido entre direita e esquerda no mundo e no Brasil com a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética no combate ao nazismo contribui para essa reestruturação. A eclosão da Guerra Civil espanhola, em 1936, já tinha propiciado uma aproximação dos intelectuais do continente, e, com a Segunda Guerra, com a queda e a ocupação de Paris em 1940, produziu-se um impacto dramático pelo significado que a *Cidade Luz* tinha para a intelectualidade ocidental. Muitos estrangeiros que estavam

exilados em Paris tiveram de mudar de destino, e diversos franceses passaram à condição de refugiados na Inglaterra e nos Estados Unidos.

No final do Estado Novo, ou melhor, nos dias finais da Segunda Guerra Mundial, reedita-se no Brasil a crença de que existe um espírito ou consciência de geração que pode e precisa ser notado. A idéia ressurgiu em 1944 e em 1945, em obras como *Testamento de uma geração*, inquérito organizado por Edgard Cavalheiro, e *Plataforma da nova geração*, organizado por Mario Neme, ambos editados pela Livraria Globo de Porto Alegre. A situação de incerteza, similar àquela vivenciada após a guerra de 1914-1918, faz nascer o interesse de recuperar o testamento espiritual das gerações. A morte de Mário de Andrade, pai espiritual de numerosos intelectuais do modernismo, em 1945, acentua essa necessidade.

A partir de 1942, forças políticas no Brasil passam a lutar pelas liberdades democráticas suprimidas durante o Estado Novo. Entre elas estão os comunistas que tinham sido perseguidos e desarticulados após o levante da ANL em 1935 e durante o novo regime de 1937. Um dos grupos que permanece atuante no cenário nacional, apesar da conjuntura desfavorável, é o da Bahia, composto por figuras expressivas, como Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Armênio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender, Giocondo Dias, entre outros.⁴ Segundo depoimento de Giocondo Dias a Berenice Cavalcante, eles resolveram fazer uma grande demonstração de apoio ao esforço de guerra do governo, "e para isso o Jorge [Amado] conseguiu o apoio do DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – que era um intelectual que dirigia, o Jorge Calmon".⁵ Esse depoimento aponta para o quadro da época: tentativa de organização de movimentos de massa, participação dos intelectuais na vida política e ligações incestuosas com figuras do regime.

Na definição da linha política a ser adotada pelos comunistas, insere-se a questão da posição que tiveram perante o regime de Vargas. Resistências e discordâncias aparecem diante da política adotada pelo Partido Comunista na Conferência da Mantiqueira, em maio de 1943, em apoio incondicional a Getúlio. Muitos defendem a luta democrática como principal alvo e, portanto, de aproximação com as forças de oposição ao regime. Essa cisão marca a atuação de intelectuais comunistas, como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Astrojildo Pereira, nas lutas da época.

O Congresso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), acontecido em São Paulo em janeiro de 1945, pode ser tomado como exemplo das alianças entre intelectuais que lutavam contra a ditadura Vargas. Pode-se considerar que o discurso ali produzido teria, ainda segundo Berenice Cavalcante,

as seguintes marcas: a identificação entre fascismo e cerceamento das liberdades; a hipertrofia do Estado dirigindo a ciência, as artes e a literatura é também identificada ao fascismo; o reconhecimento do povo, ao mesmo tempo, como sustentáculo e vítima do fascismo. A democracia é apresentada como condição para a resolução da questão social; o povo brasileiro, sem instrução, analfabeto, inculto e ignorante, é considerado como privado da possibilidade de construir uma visão dos problemas da nação e acaba por ser “empecilho ao progresso e, ao mesmo tempo, vítima fácil dos mistificadores”. A pobreza assume assim a feição de categoria política, já que é resultado da dominação. Essa situação só pode ser eliminada pela reconstrução da ordem democrática e pela educação. O trabalho intelectual sofria de situação similar à do povo – a de ser oprimido. Entretanto, era possível e cabia aos intelectuais o papel de educadores.

Assim como no plano internacional as alianças se construíram contra Alemanha e Itália, no interior da sociedade brasileira aquela cisão transparecia entre opositores e partidários do Estado Novo, permitindo-se assim a localização, num mesmo campo, de liberais e comunistas.⁶

Essa aliança conjuntural organiza-se no que ficou conhecido por Esquerda Democrática, composta também por alguns comunistas que marcharam com a candidatura Eduardo Gomes e vieram mais tarde a constituir o Partido Socialista Brasileiro como alternativa ao PCB. Os comunistas enfrentam a questão da ilegalidade do partido, decretada pelo governo Dutra com o apoio do Congresso, e a cassação em 1947 dos mandatos de seus deputados eleitos já em plena Guerra Fria. Em 1950, o Partido Comunista assume uma posição de maior radicalismo, e na eleição para presidente prega o voto nulo. Só após o suicídio de Vargas e as manifestações populares que se seguiram, os comunistas retomam uma posição de aliança com as demais forças populistas. No manifesto de março de 1958, assumem o viés democrático de participação de todos os canais e instrumentos para se chegar à *revolução burguesa*.

A expectativa de que a democracia, por si só, poderia salvar o país e a sociedade cresce ao final da ditadura Vargas. Entretanto, a vida nacional nos anos imediatamente posteriores leva a certo desencantamento com a Constituição, os partidos e os políticos.

É preciso lembrar que, no imaginário popular, a década de 1950 se inicia com uma grande frustração: a perda da Copa de 1950! A construção do Maracanã, a realização da IV Copa do Mundo no Rio de Janeiro, a atuação da seleção brasileira estavam propiciando a união de todos na imagem do Brasil como país empreendedor e vitorioso. O dia 16 de julho de 1950, data

da final da Copa, entretanto, ficou marcado no calendário brasileiro como o *Dia da Derrota*, já que, como dizia Nelson Rodrigues, a seleção é a pátria em chuteiras. Esse evento aponta como a momentos de grande euforia se seguem outros de grande impotência e frustração, e o imaginário nacional vai alternando altos e baixos que parecem não ter fim.⁷ O país parece não dar certo. Como interpretar isso?

O outro grande momento de trauma popular acontece após o suicídio do presidente Vargas. Getúlio Vargas conseguiu reviver politicamente pelo suicídio, dando lugar a uma verdadeira comoção nacional.

O paradigma cultural acionado é o sacrifício cristão que redime o povo. A sociedade brasileira entende, em seu conjunto, muito bem essa linguagem. (...) A morte de Vargas, refratada simbolicamente pela interpretação popularizada, provoca um sentimento de fraternidade, contrapartida da amarga orfandade compartilhada, que é esteio da construção política de nossa identidade cultural.⁸

O ambiente cultural dos anos 1950 continua fortemente marcado pelo papel do rádio, com a Nacional à frente; pelo cinema, com destaque para as chanchadas; e por uma revista que atinge o grande público: *O Cruzeiro*. Criada em 1927 e integrando a cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, *O Cruzeiro* vendia setecentos mil exemplares semanais em 1940, e, em 1960, mais de um milhão. A difusão da chamada *cultura de massas*, é bom lembrar, não era bem recebida nos meios intelectuais. Estes foram, em sua maioria, contra os programas de auditório, contra as chanchadas do cinema brasileiro, contra a cultura de diversão que se desenvolvia e se esparramava pela sociedade. Desde o modernismo, tinha-se procurado incorporar as manifestações da cultura popular à cultura nacional, ainda que a separação entre o *popular* (visto como consciência ingênua) e o *erudito* (identificado com a consciência crítica) continuasse vigente. Isto pode ser observado tomando como exemplo o projeto musical modernista, com sua separação entre *música interessada* (comprometida com o projeto nacional) e *música desinteressada* (produzida para o deleite dos indivíduos na sociedade liberal). O projeto musical modernista recusa a indústria cultural e tende a incorporar o popular identificado com o rural, o sertanejo, o folclórico. Essas manifestações seriam espontâneas, primitivas, autênticas, já que dotadas de uma pureza original, e não contaminadas pela civilização. Os modernistas brasileiros recusam o mercado capitalista, já que este, por meio de tecnologias emergentes, estaria fabricando bens de fácil fruição, produzindo divertimento, mas que não captava a alma popular. O teatro de revista, o carnaval, o disco, o cinema e o rádio estavam, na verdade, divulgando o *popularesco*, e não o *popular*.⁹

O modo de recepção da música popular nos meios da cultura alta pode nos informar sobre o quadro que estou traçando:

A invenção de Chiquinha Gonzaga é discreta e raramente banal. Ela pertence a um tempo em que mesmo a música de dança (salões e festas populares) e as revistas de ano (teatro musicado) ainda não se degradaram cinicamente, procurando favorecer apenas os instintos e sensualidade mais reles do público urbano, como hoje. Basta comparar uma canção, uma modinha, uma polca de Francisca Gonzaga, com a infinita maioria das canções de rádio, os sambas, as marchinhas de carnaval deste século, para reconhecer o que afirmo (...) Trata-se de um verdadeiro rebaixamento de nível, num interesse degradado em servir o público com o que lhe for mais fácil, mais imediatamente gostoso, para vencer rápi- do numa concorrência numerosa e brutal.¹⁰

Duas grandes interpretações sobre o popular se montam após a queda do Estado Novo e com o estabelecimento da democracia pós 1945. Uma delas vai encontrar as fontes genuínas da identidade nacional no passado, nas tradições do povo. Ali estaria a essência da brasilidade, e cabia aos intelectuais salvá-la do esquecimento pela memória. Outra interpretação considera que o passado de um povo colonizado, com valores transplantados, não ofereceria grandes perspectivas. Era necessário construir os valores brasileiros que seriam estabelecidos no futuro. A primeira vertente terá base no movimento de recuperação do folclore, nos congressos e na agência governamental criada em 1958 com o nome de Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, estudados por Luiz Rodolfo Vilhena (1997). A outra tem lugar no desdobramento das vanguardas que tentarão *conscientizar* o povo de seus *verdadeiros* interesses.

Um conjunto de idéias e de ideais começa a ganhar corpo a partir da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) criada pelas Nações Unidas no Chile, em 1948. Quais eram? A industrialização pela substituição de importações; a deterioração dos termos de troca; a necessidade de proteção ao mercado interno; o papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento.

A Cepal inaugura uma reflexão sobre as economias até então nomeadas de atrasadas e que passam a ser chamadas de subdesenvolvidas. A teorização sobre essas economias, realizada pela Cepal, tendo Raúl Prebisch, economista argentino, como fundador e Celso Furtado como figura expoente, apresentava alternativas às duas vertentes então predominantes: a chamada economia neo-clássica e a marxista. "O subdesenvolvimento não é apenas uma etapa de um processo linear e evolutivo de crescimento pelo qual passarão as economias subdesenvolvidas até chegarem a ser economias capitalistas desenvolvidas".¹¹ As economias subdesenvolvidas não eram etapa e sim produto específico

do sistema capitalista desde a expansão mercantilista da Europa em direção às colônias. Constituem uma diferença no interior do capitalismo.

A teoria do subdesenvolvimento ganha foros de legitimidade em razão do grande movimento de descolonização no segundo pós-guerra. Ela nasce como desafio das economias que haviam resistido de forma diferente à crise dos anos 1930. Países que tinham procurado se industrializar, fugir da velha divisão internacional do trabalho – de um lado, produtores de matérias-primas; de outro, produtores de manufaturados. A teoria cepalina oferece alternativas, caminhos para sair da camisa-de-força da divisão internacional de trabalho. A teorização cepalina converte-se em uma pauta de ação posta a serviço de uma nova burguesia industrial emergente no Brasil e na América Latina. “Ela vai fundamentar teoricamente aquelas tentativas de erro e acerto, de sair da camisa-de-força, de industrializar-se contra a vontade dos países mais industrializados”.¹² Segundo Francisco de Oliveira, Celso Furtado juntou teoria e prática, doutrina e prática, doutrina e proposição e “transformou-se numa espécie de ‘criador’ do Brasil, de suas mãos nascendo o pensamento sobre o Brasil moderno”.¹³ Furtado esteve engajado teórica e praticamente, participando de debates, de lutas e de decisões concretas em torno dos rumos da política econômica, na missão de transformar o Brasil. Para Celso Furtado, a industrialização completava o projeto nacional, e o Estado tornaria possível a inserção autônoma do Brasil nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista.

Celso Furtado dialoga com o pensamento conservador/autoritário, principalmente com Alberto Torres e Oliveira Viana, já que a direita que lhe era contemporânea não tinha uma interpretação do Brasil, assim como não tinha uma teorização sobre o papel do Estado. Os autoritários, ao contrário, já tinham discutido nos anos 1920 e 1930 questões sobre a sociedade, o tipo de política, as raízes do patrimonialismo, entre outras questões importantes para a organização nacional.¹⁴ Ainda segundo Francisco de Oliveira (1997), os conservadores discutem as possibilidades da “ação racional estratégica na política”,¹⁵ questões que demandam planejamento, que envolvem, enfim, a moderna relação do Estado com a economia capitalista.

O significado dessa matriz é muito importante porque apresenta novas explicações para um velho problema. O Brasil não era atrasado porque sua população era miscigenada, porque fora colonizado por portugueses degredados, porque a Igreja Católica impedia o desenvolvimento do capitalismo ao condenar o lucro, porque abaixo do trópico, com as *três raças tristes*, era impossível alcançar-se a civilização ou, ainda, porque o espírito aventureiro e predatório do ibérico impedia o progresso do país. Todas essas razões explicativas do atraso já tinham tido lugar no pensamento brasileiro.

A nova matriz que se estrutura a partir da análise econômica tem repercussões nos demais campos do conhecimento. A sociologia que, desde os anos 1930, era pensada como, nos termos jocosos de Mário de Andrade, a ciência feita para salvar mais rápido o Brasil vai incorporar as questões do desenvolvimento econômico. O grande tema é o da mudança social. Os cânones da sociologia do desenvolvimento, que então se desenvolvia no mundo, principalmente nos Estados Unidos, difundiam-se no Brasil: a necessidade de conhecer, de pesquisar os chamados condicionantes sociais do desenvolvimento. Lidar com a dicotomia arcaico *versus* moderno passa a ser a versão sociológica da dicotomia subdesenvolvimento *versus* desenvolvimento. No universo arcaico, estavam situados o mundo da família, o contato pessoal, o trabalho artesanal, o mundo rural. No lado moderno, a norma jurídica, o contrato entre as partes, o trabalho industrial, enfim, o mundo urbano. A sociologia do desenvolvimento procurava e produzia dados, índices de urbanização, de industrialização, de mobilidade social, de mobilidade ocupacional, capazes de tornar conhecidas as estruturas e as transformações da sociedade. Estas eram condicionadas por fatores que dificultavam ou facilitavam o desenvolvimento, ou seja, pela educação, pela estrutura agrária, pelo comportamento e pela organização política. O estudo das resistências à mudança passa a ser o eixo da maioria dos trabalhos sociológicos.¹⁶ Caberia à sociologia estudar e produzir conhecimentos capazes de apressar a passagem do mundo arcaico ao moderno.

A nação, entendida como interesses econômicos, cultura e vontade política, expressa-se na idéia de um projeto nacional nos anos 1950. Entretanto, ainda permanece uma questão não resolvida: o povo. Os intelectuais, como pedagogos, como construtores da ideologia que permitirá *ir às massas*, assumirão um papel de vanguarda, ativando as massas e a luta contra o imperialismo na defesa do projeto nacional.¹⁷ Tal conjuntura ideológica, rica em instabilidade, em diversidade e em polêmicas, pode ser acompanhada por intermédio de algumas de suas instituições.

O Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), fundado em 1952, reunia figuras intelectuais, economistas, cientistas sociais, filósofos e técnicos de administração pública, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Encontravam-se no Parque Nacional de Itatiaia para realizar estudos dos problemas fundamentais do nosso tempo. Seus *Cadernos do nosso tempo*, publicados entre 1953 e 1956, expressavam suas propostas e seus estudos. Foram participantes desse grupo: Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Evaldo Corrêa Lima, Roland Corbisier, Rômulo Almeida e Ignácio Rangel, entre outros. Difundiam uma visão de Terceiro Mundo, de uma *terceira posição* entre os dois blocos liderados pelos Estados Unidos e pela

União Soviética, entre o liberalismo clássico e o pensamento marxista; interessada no que acontecia nos novos países da África e da Ásia.¹⁸ No Ibsp, monta-se uma visão terceiro-mundista que procurava escapar da divisão bipolar e dos efeitos da guerra fria. A visão de terceira via tem em Hélio Jaguaribe um de seus mais importantes formuladores.¹⁹ Os ibespianos tinham alguns pontos comuns: liam Mannheim, recebiam influência da Cepal e absorviam distintas vertentes do existencialismo.

Os ibespianos acabam por procurar fontes mais estáveis de financiamento para seus estudos e trabalhos e se voltam para o Estado onde, por intermédio de Anísio Teixeira, diretor da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), são inseridos no organograma do Estado brasileiro sob o nome de ISEB.

O ministro da Educação no governo Café Filho, Cândido Mota Filho, criou, com o Decreto 37.608, de 14 de julho de 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Cândido Mota Filho, que escrevera um livro sobre Alberto Torres, atualiza desse autor a idéia de criar um instituto de estudos dos problemas nacionais. Ao Iseb caberiam a pesquisa, o estudo, a coordenação e a orientação – uma política, enfim – pensados como instrumentos de formulação de uma consciência nacional capaz de produzir orientação dos problemas do desenvolvimento econômico e da preservação da riqueza do país.

O Iseb incorpora a mesma problemática derivada da Cepal, mas acopla a ela uma outra. Considera a necessidade de uma ideologia para tornar possível o desenvolvimento. Entram em cena outros atores e outras perspectivas: a nação *versus* a antinação; a alienação; a consciência histórica. A ideologia do desenvolvimento era necessária já que, espontaneamente, o desenvolvimento não seria alcançado. Sem a ideologia da modernização, a nação seria vencida pelas forças do atraso.

O Estado como responsável pela mudança, como agente privilegiado da transformação social, como já mencionamos, pertence a uma tradição brasileira que é retomada nos anos 1920. A crítica à República Velha, ao liberalismo e ao federalismo produz uma releitura do Império e da centralização monárquica e, ainda, a construção do que foi denominado por Bolívar Lamounier de *estatismo* como marca do pensamento brasileiro que impregnou a chamada Era Vargas.

Nos anos 1950, o Estado é visto como agente da modernização, mas também como agente da incorporação de parcelas do povo, pelo menos daquela parte que estivesse integrada ao processo de industrialização e aos sindicatos. O Estado passa a ser agente da democratização por meio do capi-

talismo. Aqui estamos dentro do espaço do nacionalismo desenvolvimentista ou, ainda, do nacional-populismo.

A ideologia do desenvolvimento é vista como capaz de dar organicidade às ações técnicas de planejamento, como as que se tornaram realidade no Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Assim se expressou Hélio Jaguaribe, um dos ideólogos do desenvolvimento:

Década extraordinária da decolagem do desenvolvimento, da tomada de consciência da nossa problemática econômico-social, da mobilização das massas, da democracia populista. Década da grande fase madura e fecunda de Getúlio Vargas e da incompatível criatividade de Juscelino Kubitschek. É, também, década da inocência e das ilusões sobre as terríveis dificuldades sócio-políticas do desenvolvimento.²⁰

Anos também nos quais se acirram as lutas ideológicas entre marxistas, liberais, conservadores em disputa pela hegemonia do processo histórico. Para muitos isebianos não fazia sentido estabelecer distinções rigorosas entre ciência e ideologia, entre produção científica e ideológica; ambas são complementares e voltadas para a defesa dos interesses nacionais. A ideologia é vista como resultado da reflexão de especialistas – sociólogos, economistas, políticos – que, superando seus campos, chegam ao pensar filosófico. Realizam a compreensão das categorias que configuram o processo histórico e acompanham o projeto de modificação das estruturas fundamentais da nação.

Nos anos 1950, a interpretação da realidade brasileira desdobrou-se em diversas vertentes e produziu acesas polêmicas. A economia, como já mencionamos, passou a fornecer as chaves explicativas das relações entre cultura e desenvolvimento nacional. Álvaro Vieira Pinto, por exemplo, incorpora o conceito de Terceiro Mundo, seguindo as formulações do Ibsp, e de desenvolvimento, segundo a Cepal. Na aula inaugural do curso regular do Iseb em 1956, que dá origem ao livro *Ideologia e desenvolvimento nacional*, Álvaro Vieira Pinto, ex-integralista e apoiado por importantes figuras católicas, como Leonel Franca, marcará sua posição de afastamento em relação ao pensamento católico. O pomo da discórdia era conceber o desenvolvimento nacional como questão pública, o que o distanciava de parte da Igreja que defendia posições privatistas. Parte da hierarquia da Igreja mais presa a Roma ocupa-se em defender a iniciativa privada principalmente no campo da escola, seu espaço por excelência de atuação, recorrendo a mecanismo de privatização do Estado. Outro setor da Igreja vai se ligar mais a ações comunitárias e populares e caminha para o campo da esquerda.

Nos anos 1920 e 1930,

a Ação Católica Brasileira inspirou-se na Ação Católica italiana, cujo princípio fundante era o elogio do binômio fé-pátria (...), nos anos 1950-1960, o pólo de inspiração passou a ser a Ação Católica francesa, na qual predominavam o "maritanismo", o legado Mounier e, de uma forma geral, o catolicismo neoconverso ao liberalismo.²¹

A modificação na conduta da Igreja tem a ver com a chamada abertura para o social, com a busca de conteúdos mais populares, e um marco dessa orientação foi a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, por D. Hélder Câmara, bispo que, na juventude, também fora integralista.

No interior da Igreja, vêem-se, então, duas tendências: a que se aproxima do pensamento liberal – com ênfase na liberdade, nos direitos humanos e na participação democrática – e a que se abre para a questão social – com a diminuição do anticomunismo, com o surgimento de certa crítica ao capitalismo e com a ênfase na liberdade, mas também com a preocupação com a justiça social, dando espaço e apoio à idéia de uma terceira via entre socialismo e capitalismo. A vertente preocupada com o popular gerou, anos mais tarde, a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961.

A ideologia possibilitaria a mudança da sociedade, já que se tornara possível o surgimento de uma consciência crítica nos países subdesenvolvidos. Expressões como a de Roland Corbisier – "tudo é colonial na colônia" – expressam a idéia de que, sendo o país pobre, todas as manifestações culturais também são pobres e alienadas. A nova ideologia transformadora, entretanto, torna-se possível em virtude das transformações materiais ocorridas nos países da periferia do mundo capitalista.

Para que as transformações possam ocorrer com maior aproveitamento de recursos, beneficiando a nação como um todo, evitando acentuar as disparidades regionais, é necessária uma teoria da mudança, algo similar, como lembra Caio de Toledo (1986), à formulação de Lenin de que não há movimento revolucionário sem uma teoria da revolução.

Enquanto, para os isebianos "à direita", o capitalismo se constituía na modalidade suprema da ordem civilizada, para os isebianos "à esquerda", o socialismo somente poderia raiar no horizonte depois que o capitalismo se consolidasse plenamente na periferia.²²

Os pressupostos dessa ideologia implicavam uma *filosofia da história*, baseada em concepções de fases, de etapas do desenvolvimento histórico.

Na decifração da sociedade brasileira encontravam-se dois campos: o moderno/dinâmico/produtivo e o tradicional/estático/parasitário. No lado moderno, estavam a burguesia industrial, o proletariado urbano e a classe média produtiva; no lado tradicional, os latifundiários, a burguesia mercantil e a classe média não-produtiva e, mesmo, parcelas do proletariado.

A essa divisão em dois campos se sobrepõe outro par de categorias: nação e antinação. Há forças que favorecem o desenvolvimento nacional e forças que obstaculizam o projeto nacional. Essa seria a contradição principal que deve guiar a luta de classes, questão central das análises marxistas e ponto de discórdia que se manifestará nos anos subseqüentes, quando o Iseb se engaja na campanha pelas reformas de base, na Frente Parlamentar Nacionalista, no Comando-Geral dos Trabalhadores, já no final dos anos 1950 e início dos 1960.

A questão nacional, o nacionalismo presente na ideologia isebianca, tem conteúdo, limites e significados distintos em cada um dos intelectuais envolvidos no Instituto. Para uns, o nacionalismo se apresenta como estratégia política, bandeira capaz de se contrapor ao colonialismo. O nacionalismo deixa de ser incompatível com o internacionalismo, constituindo, mesmo, condição necessária ao verdadeiro e autêntico internacionalismo. O Brasil, como uma das nações que não teria vocação imperialista, chegaria à completa autonomia e se integraria em uma coletividade universal.

A missão histórica do nacionalismo seria a de vencer a antinação, produzir o desenvolvimento, vencer as forças de espoliação das massas trabalhadoras, vencer as disparidades regionais, permitir a integração internacional. O caráter messiânico do nacionalismo, ao se apresentar como força de libertação, pode ser visto em textos de Álvaro Viera Pinto, assim como nos de Nelson Wemeck Sodré. Para outros, como Hélio Jaguaribe, o nacionalismo é uma ideologia racionalizadora do movimento social, do comportamento político, influenciando na criação de um aparelho institucional necessário para assegurar o desenvolvimento; constituindo o que pode ser chamado de *nacionalismo instrumental*.

Essa questão também se apresenta na relação entre a política nacionalista e a política populista, considerada demagógica, assistencialista, clientelista. Propunham, então, uma nova modalidade de ação política fundada em princípios e programas racionais.

As massas viveriam um estágio de inconsciência ou de conhecimento insuficiente de seus verdadeiros interesses. Corriam o risco de serem seduzidas por promessas equivocadas dos políticos populistas – figuras anacrônicas no contexto da racionalidade capitalista,

como dizia Helio Jaguaribe nas páginas do *Cadernos do nosso tempo*. O apoio a políticos populistas por parte do eleitorado sempre foi um calcanhar-de-Aquiles, não só para os intelectuais isebianos, mas também para outros que se dedicavam a entender e a propor um novo Brasil. O apoio popular à permanência de Vargas por meio do movimento queremista, o apoio a Ademar de Barros, a reeleição do ditador em 1950 e a eleição de Jânio Quadros eram vistos como sinais da inconsciência das massas e do sucesso da sedução. Diante disso, caberia aos ideólogos esclarecer as massas acerca de seus próprios e verdadeiros interesses sociais.²³

Os conceitos de *cultura alienada*, de *colonialismo*, de *autenticidade cultural* tiveram presença nas obras dos isebianos nos anos 1950 e se difundem na sociedade, passando a constituir as categorias de compreensão do país, agora chamado de *realidade brasileira*. O Movimento de Cultura Popular no Recife e o Centro Popular de Cultura da UNE são movimentos do início dos anos 1960 que pretendem vencer a alienação cultural do povo brasileiro. A hegemonia desse pensamento penetra tanto as forças de esquerda marxista quanto o pensamento social católico. *Alienação*, de matriz hegeliana, acoplada ao existencialismo francês e ao conceito de *situação colonial* formam os parâmetros que marcam o pensamento dos anos 1950.

A superação da situação colonial, com a ruptura do complexo colonial, envolve a tomada de consciência do país, abandonando a consciência ingênua, alienada, para a consciência crítica, desalienada. Descolonização, busca de identidade, autenticidade cultural marcham juntas para explicar e, principalmente, convencer grupos, classes a lutar para alcançar o novo paraíso.²⁴

Assim, nos anos 1950, ganha novo sentido interpretar a *realidade nacional*, dar voz ao *ser da nação*.²⁵ A economia oferece um quadro estrutural capaz de explicar *cientificamente* a relação entre cultura e desenvolvimento nacional. Ela forneceria um novo patamar de autoridade científica às explicações sobre o atraso da nação brasileira. A maioria dos intelectuais identificada com a questão nacional, é preciso lembrar, foi marcada pelas idéias integralistas, como Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier. Álvaro Vieira Pinto, lembrando, foi leitor de Alberto Torres, autor ocupado em pensar a construção da nação, que pregou a rejeição ao imperialismo e a defesa de uma cultura autóctone.

Dentro do Iseb não há um pensamento unânime. Uma de suas querelas acontece a partir da publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, em 1958. Nesta obra, Jaguaribe questiona a dicotomia nacionalismo versus entreguismo e defende um nacionalismo adequado à fase da vida nacional. Defende a convivência pacífica com o capital estrangeiro,

que poderia incrementar o desenvolvimento nacional desde que submetido a controles fiscais. Isso era contrário aos que consideravam o imperialismo o maior entrave ao desenvolvimento nacional. As discussões deste livro, também questionado pela UNE, levam ao seu afastamento do Iseb, assim como a de seu principal opositor interno, Guerreiro Ramos. O Iseb negou a tese da neutralidade da ciência no campo das ciências sociais, fez a defesa do engajamento e da militância, não aceitou a separação entre ciência e política.²⁶

Alguns autores e livros publicados no período podem nos dar uma idéia dos temas e das questões que tiveram relevância e marcaram os anos 1950. Entre eles podemos citar: Josué de Castro, *Geografia da fome* (1946), *Geopolítica da fome* (1951); Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942); Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (1949); Oliveira Viana, *Instituições políticas brasileiras* (1949); Roland Corbisier, *Consciência e nação* (1950); Viana Moog, *Bandeirantes e pioneiros* (1954); Celso Furtado, *A economia brasileira* (1954); Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (1958); Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958); Gilberto Freyre, *Ordem e progresso* (1959); Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959); Álvaro Vieira Pinto, *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1960).

O período 1945/1964 foi denominado de *populista* e recebeu alta carga negativa em avaliações de época e posteriores. Por populismo entendia-se um processo de mobilização das massas e uma disposição de *ir ao povo*. Esses seriam os traços marcantes das sociedades atrasadas; no caso brasileiro, identificado com o varguismo, o janismo, o ademarismo e até com o catolicismo popular dos anos 1960. Em vários autores, populismo refere-se à “assincronia nos processos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial”.²⁷ Mas, referindo-se ou não ao populismo, a intelectualidade da época está discutindo a *revolução brasileira*. Como é possível a “aceleração do tempo histórico”? Que forças sociais aceleram ou retardam o desenrolar das forças sociais, econômicas e políticas da sociedade ou do povo brasileiro?²⁸

Para além das formulações cepalinas e de sua presença em diferentes domínios do saber, a produção dos anos 1950 pode ser lida como tendo produzido diferentes diagnósticos do atraso, ou, como passou a se chamar, *resistências à mudança*, eixo da maioria dos trabalhos sociológicos do período.²⁹

Estudos sobre o coronelismo, sobre o caciquismo, sobre as populações indígenas e aculturação, sobre a integração na sociedade brasileira se tornam presentes após 1945. O texto *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal, desvenda as complexas estruturas de poder no campo. Apresentado como tese para a cadeira de política na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi)

da Universidade do Brasil em 1948, foi publicado em 1949. A pesquisa de Antonio Candido, tese de doutoramento em 1954, *Os parceiros do Rio Bonito*, examina a desintegração da vida rural. Desdobram-se as fórmulas *duais*: os dois Brasis; atrasado/adiantado; arcaico/moderno; rural/industrial; subdesenvolvido/desenvolvido. As teorias de modernização ganham notoriedade. Entre os diagnósticos da realidade brasileira vale notar aquele produzido por Josué de Castro.³⁰ Suas obras, *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951), marcam uma nova concepção de entender o fenômeno da fome em concordância com as concepções cepalinas.

As categorias para pensar sobre o Brasil como regiões culturais eram, desde final do século XIX, litoral *versus* sertão e Norte *versus* Sul. Norte, nesse caso, englobava Nordeste. Nos anos 1930, o esforço de pensar sobre o Brasil como um todo leva ao abandono do federalismo e à construção de um governo centralizado para o país. Essa tendência se expressa na queima das bandeiras estaduais durante o Estado Novo, marcando simbolicamente o processo de unificação nacional. Por outro lado, foram se desenvolvendo modelos regionais para pensar e explicar o país. O regionalismo nordestino; o movimento de valorização das bandeiras paulistas e a tradição mineira aparecem como vertentes das raízes da nacionalidade que entram em competição para explicar o Brasil desde os anos 1920.

A literatura social dos anos 1930 retoma a denúncia da situação do Nordeste, iniciada por José Américo de Almeida e continuada por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e Amando Fontes. Há uma mudança no tratamento geográfico da cultura brasileira, em geral, e nordestina, em particular.

Um importante texto que marca essa transformação é *Região e tradição*, de Gilberto Freyre. Publicado em 1941, retoma trabalhos antigos relacionados ao papel do modernismo e relativos à competição entre lideranças do movimento e apresenta outros, dedicados a explicitar um novo sentido ao regionalismo, do qual fazem parte os romances da chamada literatura social do Nordeste. Preocupação social, decorrente do problema das secas, e alargamento de horizonte ao ver que o econômico e o social estão entre as marcas apropriadas por tal romance ao falar da região. O perfil interior de personagens nordestinas, o tempo lento, os ciclos da seca, o misticismo, a decadência do latifúndio e do coronelismo são apresentados sob um tom memorialístico que narra situações dramáticas vividas entre coronéis de engenho e bandos de cangaceiros.³¹

É sobre essa tradição que se desdobram as teorias da Cepal, apresentando como subproduto a hipótese do *colonialismo interno*. Os limites estruturais ao crescimento econômico também se replicam no espaço da nação.

Daí a necessidade de uma ação política capaz de criar mecanismos que alterem a tendência natural e, dispondo de uma consciência crítica, seja igualmente capaz de transformar a região. Não por acaso tem-se no fim da década a atuação de Celso Furtado na criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na qual se discute a questão do uso da terra e se prega a industrialização. A experiência da Sudene cria um federalismo regionalizado, permite pensar em um novo pacto federativo de caráter regional, questão que hoje volta à ordem do dia.

O mundo intelectual entre 1945 e 1964 aparece no prefácio de Alfredo Bosi para a *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota (1980), assim caracterizado:

A inteligência uspiana “não se empenha no projeto nacional-populista: filha de 32 e de 34 ela combateu o Estado Novo” e guarda “distância em relação ao trabalhismo dos anos 50 e tende a identificar todo e qualquer nacionalismo com a ditadura de direita” (p. V). Suas bandeiras serão o aperfeiçoamento do ensino superior (...) e a defesa da escola pública. Assim, “enquanto o nacionalismo teórico vazava-se nos textos do ISEB e nas revistas de tendência esquerdista, à Universidade (bloqueada a simpatia por qualquer projeto nacional-popular) restava a reafirmação dos princípios liberais que tinham como referência central a Escola” (p. V).

E, continua:

A Universidade fez ciências sociais nos moldes franceses e americanos, correndo, às vezes conscientemente, o risco de ser positivista e funcionalista, logo “cientificamente” neutra; e de alhear-se, durante largos anos, ao processo de “conscientização” que se promovia em outras áreas menos acadêmicas da inteligência brasileira, das quais saiu, certamente, o mais belo projeto de cultura popular que se conhece na História da América: o método de alfabetização de Paulo Freire. Aquele afastamento de qualquer prática popular foi o tributo pago por uma universidade asséptica, laboriosa e penetrada até o âmago dos ideais de rigor acadêmico (p. VI).

A literatura que analisou o mundo intelectual dos anos 1950 explorou ou explicitou a distinção entre o Iseb e a USP, acoplando a essa separação uma cisão entre os campos intelectuais do Rio e de São Paulo.³² O Iseb estaria comprometido com o projeto político, ao passo que a USP teria como marco a construção de um conhecimento científico. Entretanto, uma maior aproximação às questões da época nos faz ver um grau de complexidade bem maior. É possível encontrar no Rio instituições e sociólogos envolvidos com o fazer ciência sem maiores compromissos com a ideologia nacional-desenvolvimentista – caso do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS),³³

assim como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) que funcionou, na virada dos anos 1950/1960, como núcleo de atuação de educadores e cientistas sociais ocupados em estruturar a área educacional segundo parâmetros de racionalidade científica.³⁴ Por outro lado, é possível identificar na capital paulista, em pleno espaço da Universidade de São Paulo, cientistas sociais fortemente engajados na transformação do Brasil. Encontram-se nas formulações de Florestan Fernandes, presentes em seus trabalhos e na orientação de pesquisas de seus alunos, marcas de origem fortemente comprometidas com a democracia e com o valor transformador da educação. Suas hipóteses e interpretações quanto à *mudança social* se fazem presentes também nas investigações sobre o mundo rural paulista, assim como em seus trabalhos sobre questão racial.³⁵

Ao lidar com a questão da “mudança social no Brasil” – título de um livro de Florestan Fernandes –, o grupo que se formava na Universidade de São Paulo e na Escola de Sociologia e Política foi marcado pela influência dos professores estrangeiros, e, entre estes, vale notar a relevância dos trabalhos de Emílio Willems sobre imigrantes e mundo rural.³⁶ Para Florestan, a “modernização requeria recursos racionais de pensamento e ação e esbarrava em obstáculos de natureza cultural”, e, nos anos 1940 e 1950, ele está formulando um pensamento ocupado com a intervenção racional na realidade. As idéias de planejamento democrático, inspiradas nas formulações de Mannheim, oferecem o equipamento conceitual necessário à formulação de uma sociologia aplicada. Suas questões ou seus dilemas referem-se à democracia numa sociedade capitalista, ou seja, ao conhecimento das “condições ou obstáculos à constituição e funcionamento pleno disso que ele chamava uma ordem social competitiva”.³⁷ Ocupou-se em pensar sobre os mecanismos de organização e de funcionamento dos processos sociais que assegurem a possibilidade de acesso universal a meios, recursos e instrumentos. Florestan quer pensar sociologicamente as questões relevantes do Brasil; pensar com rigor e com eficácia prática, se possível. Os estudos sobre comunidade, por exemplo, deveriam ser trazidos para o âmbito das reflexões sobre a sociedade brasileira. Para ele, a sociedade brasileira em seu desenvolvimento histórico não engendrou plenamente o agente histórico – a burguesia. Daí a questão dos obstáculos ao desenvolvimento. Igualmente ausente é um partido socialista revolucionário. Essas duas ausências, falta de dois atores sociais específicos, levam-no a produzir mais tarde a *Revolução burguesa no Brasil*, obra na qual, segundo Gabriel Cohn, analisa atores frustrados e oportunidades perdidas. O combate às fontes de resistência ou os obstáculos à ordem social competitiva tem lugar por meio da educação, mantendo-se a crença na ciência, na sociologia, como norteadora

do processo de mudança social. O pensamento e as análises de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes também se inserem no esforço de construir o conceito de *povo* e discutir seu espaço na ordem social competitiva. Ou seja, mesmo quando está sendo o mais rigoroso em termos de produção acadêmica, Florestan está assumindo o caráter militante de sua obra.

A produção acadêmica da USP vai realizar estudos sobre o mundo rural e tomar como um dos campos de pesquisa o interior paulista. Sob influência de Emílio Willems, Gioconda Mussolini e Antonio Candido, essa área de trabalho vai realizar um esforço interpretativo de ligar processos singulares com a transformação social e histórica do país. Emílio Willems, ao analisar a cultura cabocla, a considera como pertencente ao estágio pré-capitalista, em contraposição à cultura camponesa da Europa que teria conteúdo mais rico do que a cultura sertaneja ou rústica do Brasil. O imigrante, outro tópico de estudo de Willems, seria representativo do tipo social com maiores condições de assimilação dos elementos considerados necessários ao sistema econômico moderno.³⁸ A tese de doutorado de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*, de 1954, que só foi editada em livro em 1964, define um modo de pensar o Brasil caipira que reconhece no trabalhador rural um protagonista do processo histórico. A obra também explora a cultura rústica, cabocla, do interior de São Paulo. A rusticidade, a agricultura extensiva com as queimadas, o ajustamento nômade, a independência, todos esses traços são considerados como resultantes do contato do europeu com as sociedades primitivas aqui existentes. Antonio Candido volta a discutir a cultura do caipira, atrelado à mentalidade pré-capitalista, e a vida rústica do homem do interior brasileiro.³⁹

Para José de Souza Martins (1998), há, em *Os parceiros do Rio Bonito*, uma dupla crítica.

Em primeiro lugar, às concepções de origem conservadora que fetichizaram a cultura camponesa e, em particular, a cultura caipira. Em segundo lugar, às concepções supostamente de esquerda e revolucionárias, que acabariam “envenenando” os estudos sobre o campesinato, que fetichizavam e fetichizam a rápida transformação social e a mudança radical do modo de vida camponês em consequência da “penetração” do capitalismo no campo (p. 139).

Assim, Emílio Willems, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sílvia de Carvalho Franco, entre outros, estão discutindo a transição da economia de subsistência para a economia capitalista, as diferenças de ritmo do tempo histórico, as diferentes formas de degradação e adaptação do mundo arcaico ao moderno.

A pluralidade do mundo acadêmico em São Paulo pode também ser observada por outros grupos e por outras iniciativas. A conexão entre a academia e o mundo cultural, entre a USP e a imprensa, pode ser vista na atuação do grupo Clima que, no início dos anos 1940, publica uma revista, a *Clima*. Entre seus mentores, estão Antonio Candido, que se dedicou à literatura; Paulo Emílio Sales Gomes, ao cinema; Décio de Almeida Prado, ao teatro; Lourival Gomes Machado, às artes plásticas.⁴⁰ Trataram das mesmas questões, relacionadas à inserção na sociedade capitalista, que mobilizaram o grupo capitaneado por Florestan Fernandes, mas falavam delas sob a ótica da cultura, e não sob o ângulo da sociologia.

Muitas lutas foram empreendidas a partir da redescoberta do país que teve lugar nos anos 1950. Buscava-se, sob diferentes perspectivas, configurar o Brasil moderno. Algumas diferenciações, como aquela entre projeto político e rigor acadêmico, ficam menos rígidas e nítidas sob o olhar de hoje e com o conhecimento dos trabalhos de pesquisa realizados daquele tempo. Talvez se possa dizer que havia apenas uma diferença de peso relativo entre projeto político e acadêmico, já que o compromisso de transformar o Brasil era partilhado pelos intelectuais das instituições universitárias de São Paulo e do Rio.

Agora, ao final do século XX, quando se discutem os limites e as possibilidades de inserção do país na economia global, quando a questão nacional vai se tornando mais plural, vale voltar aos anos 1950, não como exemplo, mas como lição.

Notas

1. Velloso, 1997.
2. Moura, 1984.
3. Vianna, 1995.
4. Cavalcante, 1986, p. 94 e seguintes.
5. *Ibidem*, p. 95
6. Cavalcante, 1986, p. 113
7. Sobre a Copa do Mundo e a derrota do Brasil, ver Gisela de Araujo Moura (1998).
8. Soares, 1993, p. 154.
9. Sobre o projeto modernista da música e seus dilemas, ver Ribeiro, 1998.
10. Mário de Andrade, *apud* Aguiar, 1994, p. 143.
11. Oliveira, 1986, p. 153.
12. *Ibidem*, p. 158.
13. *Ibidem*, p. 160.

14. Sobre o pensamento autoritário, ver Lamounier, 1977.
15. Oliveira, 1986, p. 12.
16. Ver seminário e publicação do CLAPCS (1960), com o mesmo título.
17. Pécault, 1990, p. 107-189.
18. Schwartzman, 1981, p. 56.
19. Freitas, 1998, p. 53 e seguintes.
20. *Jornal do Brasil*, 25/8/77, p. 6 do Caderno Especial.
21. Freitas, 1998, p. 74.
22. Toledo, 1986, p. 235.
23. Álvaro Vieira Pinto considera que a ideologia do desenvolvimento procede da consciência das massas trabalhadoras e que "o povo não erra, simplesmente se pronuncia com o teor de compreensão que lhe é permitido ter nas circunstâncias em que existe", em *Consciência e realidade nacional*. Não por acaso será este autor que terá forte presença na formulação pedagógica de Paulo Freire (Freitas, 1998).
24. Ortiz, 1985.
25. Vale notar a presença de um hegelianismo difuso nesta formulação.
26. Ver a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes (Oliveira, 1995). É preciso notar a diferença entre as formulações sobre o que *deve ser* a ciência social e o trabalho de análise sobre a realidade brasileira.
27. Laclau *apud* Freitas, 1998.
28. Freitas, 1998, p. 210-221.
29. *Resistência*, 1960.
30. Nascido em Recife, em 1908, e formado em medicina em 1929, Josué de Castro desempenhou ao longo da década de 1930 inúmeras atividades, entre elas a de professor de cadeiras de geografia humana e antropologia, tanto em Recife quanto no Rio de Janeiro. Foi chefe da comissão que pesquisou as condições de vida das classes operárias no Recife (1933) e membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, do Departamento Nacional de Saúde, em 1936.
31. Almeida, 1981.
32. Almeida, 1989; Miceli, 1989.
33. Oliveira, 1995.
34. Xavier, 1999.
35. Maio, 1997.
36. Lima, 1999.
37. Cohn, 1986, p. 135.
38. Lima, 1999, p. 176.
39. Sobre a obra, ver Fernando Henrique Cardoso, "A fome e a crença sobre Os parceiros do Rio Bonito". *Esboço de figura; homenagem a Antonio Candido*, São Paulo, Livraria Duas Cidades [s. d.].
40. Pontes, 1998.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Joaquim Alves de. "Panorama da música popular brasileira: da bossa nova ao rock dos anos 80". In: SOSNOWSKI, Saül e SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 141-174.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- ALMEIDA, Maria Hermínia. "Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro". In: MICEU, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*, v. I, São Paulo: Vértice/Finep/Idesp, 1989, p. 188-216.
- ANAIAS do Seminário Internacional reunido no Rio de Janeiro em outubro de 1959. "Resistências à mudança; fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento". Publicação nº 10, CLAPCS, 1960.
- BOSI, Alfredo. Prefácio à *Ideologia da cultura brasileira* de Carlos Guilherme Mota. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões; os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Eduff, 1986.
- COHN, Gabriel. "Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes". In: MORAES, Reginaldo et al. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FREITAS, Marcus Cezar. *Álvaro Vieira Pinto; a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez/USF-IFHAN, 1998.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Luperj/Ucam/Revan, 1999.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*, v. II. São Paulo: Difel, 1977.
- MAIO, Marcus Chor. *A história do projeto Unesco. Estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Luperj/Ucam, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Florestan; sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.
- MICEU, Sérgio. "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais". In: MICEU, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. I. São Paulo: Vértice/Finep/Idesp, 1989, p. 72-110.
- _____. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. II. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- MORAES, Reginaldo et al. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MOURA, Gisela de Araujo. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro". In: MORAES, Reginaldo et al. (orgs.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 149-168.
- _____. "Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro". *Novos estudos Cebrap*, nº 48, 1997, p. 3-19.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As ciências sociais no Rio de Janeiro". In: MICEU, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. II. São Paulo: Idesp, 1995, p. 233-308.
- _____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PANA, Vanida. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- PECALJT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PONTES, Heloisa (1940-1968). *Destinos mistos; os críticos do grupo Clima em São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "A sociologia brasileira na década de 40 e a contribuição de Roger Bastide". *Ciência e Cultura* (SBPC), v. 29, n.º 12, 1977, p. 1353-1361.
- RIBEIRO, Santuza Naves. *O violão azul; modernismo e música popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de nosso tempo*. Brasília: Edunb, 1981.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará/ISER, 1993.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1986.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo". *Revista de Sociologia*, n.º 9. Curitiba, 1997, p. 57-74.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1995.
- VILHENA, Luiz Rodolfo. *Projeto e missão; o movimento folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.
- VILAS BÓAS, Gláucia. *A vocação das ciências sociais. Um estudo de sua produção em livro*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1992.
- XAVIER, Libânia. *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 1999.



Poty.
Ilustração para o livro *Sagarana*,
de João Guimarães Rosa, 1958.

SOBRE OS AUTORES

ANGÉLICA MADEIRA é doutora em Semiótica pela Universidade de Paris VII e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Publicou artigos e ensaios em periódicos nacionais e estrangeiros sobre literatura e cultura brasileira e arte contemporânea. Em parceria com Mariza Veloso, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000. Editou a Revista *Sociedade e Estado* entre 1991 e 1995. Atualmente é diretora da Casa da Cultura da América Latina, do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

FÁBIO LUCAS é presidente da União Brasileira de Escritores, SP; ex-professor da Universidade de Brasília, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-diretor do Instituto Nacional do Livro; autor de 34 obras de ensaios, sendo a última *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII*, pela editora da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

FLÁVIO GOLDMAN é bacharel em Direito e diplomata de carreira, servindo atualmente na Embaixada do Brasil em Roma. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas, do Instituto Rio Branco, MRE.

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA é doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ. Possui vários livros e ensaios sobre o pensamento social brasileiro e sobre as representações da identidade nacional. Publicou, dentre outros, *A questão nacional na 1ª República* (Ed. Brasiliense, SP, 1990), *A sociologia do guerreiro* (Ed. UFRJ, RJ, 1994) e *Americanos* (Ed. UFMG, 2000).

LUIZ TATIT é professor associado (livre-docente) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *A canção: eficácia e encanto* (Ed. Atual, 1986), *Semiótica da canção: melodia e letra* (Ed. Escuta, 1994), *O cancionista: composição de canções no Brasil* (Edusp, 1996) e *Musicalizando a semiótica: ensaios* (Ed. Anna Blume, 1997). Tatit é também compositor e, em sua atividade com o grupo Rumo, gravou seis LPs e dois CDs contendo 46 canções de sua autoria. Lançou, em 1997, o seu primeiro CD solo ("Felicidade") pela Dabliu, com mais 13 composições inéditas.

MARISA LAJOLO é professora titular do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, foi professora visitante da Brown University, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Tem vários trabalhos publicados sobre leitura e literatura (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *A leitura rarefeita*, 1991) e sobre história literária (*Negros e negras em Monteiro Lobato, apud Lendo e escrevendo Lobato*, 1999; *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? Apud Historiografia brasileira em perspectiva* 1998). Seu livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo* ganhou o prêmio Jabuti (ensaio) em 1995.

MARIZA VELOSO é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Autora de artigos e ensaios sobre cultura brasileira e patrimônio cultural e, em parceria com Angélica Madeira, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000.

MARY LUCY MURRAY DEL PRIORE é professora de História do Brasil Colonial nos Departamentos de História da USP e PUC/RJ. Autora de 14 livros sobre o período, foi duas vezes vencedora do prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco, e do Prêmio Jabuti para obra de relevo em Ciências Sociais. Colabora com revistas científicas nacionais e internacionais, além de manter uma crônica mensal no jornal *O Estado de S. Paulo*.

MURILO F. GABRIELLI é bacharel em Administração de Empresas e diplomata de carreira. Teve experiência como jornalista na Folha de S. Paulo e, atualmente, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, MRE.

ROBERTO VENTURA é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Foi coordenador da área de história cultural do Instituto de Estudos Avançados da USP de 1993 a 1994. É autor de *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim* (São Paulo, Moderna, 1984, com Flora Süssekind), *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical* (Munique, W. Fink, 1987) e *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

WILLI BOLLE é professor de Literatura na Universidade de São Paulo. É autor, entre outras publicações, de *Fisiognomia da Metrôpole moderna. Representação da história em Walter Benjamin* (São Paulo, Edusp, 1994) e de vários estudos sobre a obra de Guimarães Rosa.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Lopo Homem.
Atlas náutico português, dito Miller. "Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula...", 1519. Pergaminho, 42 x 59 cm.
Coleção Marcel Destombes. XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa, 1983.
2. João Teixeira - cosmógrafo de Sua Majestade.
Descrição de toda a costa da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil, 1642. Pergaminho.
XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Livraria do Conde de Redondo. Lisboa, 1983.
3. Coração de Jesus.
MA, sem data. Madeira policromada e dourada, 97 x 78 x 10 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Fernando Silveira.
4. Nossa Senhora da Conceição Missioneira.
Missões, RS, séc. XVIII. Cedro, 108 x 45 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Ricardo Moure Neto.
5. Nicolas Antoine Taunay.
Morro de Santo Antônio em 1816. 1817-1818 c.
Óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm.
O Brasil dos Viajantes. Volume 3, A Construção da Paisagem. Ana Maria de Moraes Belluzzo. Fundação Odebrecht, 1994.
6. Jean Baptiste Debret.
Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826. Aquarela sobre papel, 17,2 x 22,3 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996. Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro.
7. Almeida Júnior.
O violeiro. 1899. Óleo sobre tela, 141 x 172 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996.

8. Maria Martins.
A soma de nossos dias, 1954/55. Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, SP.
9. Humberto Mauro.
Favela dos meus amores, 1955.
Enciclopédia do Cinema Brasileiro. Organizadores: Fernão Ramos e Luís Felipe Miranda.
10. Poty.
Ilustrações para o livro Sagarana, de João Guimarães Rosa, 1958.
Sagarana, Editora José Olympio.
11. Hélio Oiticica.
Metaesquema, 1958. Guache sobre papel, 0.55 x 0.64 m.
A forma difícil – ensaio sobre a arte brasileira, de Rodrigo Novaes. Editora Ática, 1996.
12. Nelson Pereira dos Santos.
Vidas secas, 1963.
Arquivo F. Canosa.
13. Rogério Duarte.
Cartaz para o filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, 1963.
14. Rubem Valentim.
Objeto emblemático 4, 1969. Madeira recortada e pintada, 208 x 79 x 73 cm.
Escultura brasileira, perfil de uma identidade. Exposição realizada no BID, Washington, DC, e Banco Safra, SP. Idealização e coordenação de Elcior Ferreira de Santana Filho e curadoria de Emanuel Araújo, Banco Safra, 1997.
15. Oswald Goeldi.
Pescador, tiragem póstuma, 1970. Xilogravura, 25 x 36 cm.
Roberto Pontual. Entre dois séculos – arte brasileira do século XX na Coleção Gilberto Chateaubriand/MAM, RJ, Editora JB.
16. Athos Bulcão.
Painel de azulejos, 1983. Palácio do Itamaraty, Anexo. Brasília.
Athos Bulcão 80 anos. Projeto Pinacoteca no Parque. Pinacoteca de São Paulo, 1998.
17. Amílcar de Castro.
Sem título, 1983. Nanquim sobre papel, 106 x 76 cm.
Radha Abramo. *A cor e o desenho do Brasil*. Ministério das Relações Exteriores, Petrobras e Varig. Organização Centro Brasileiro de Projetos de Arte – CBPA, 1984.

18. Glauco Rodrigues.

Samba enredo, 1975. Óleo sobre madeira, 80 x 100 cm.

Coleções de Brasília. Acervos do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Palácio do Itamaraty. Ministério da Cultura, 1995.

19. Leonilson.

34 com scars, 1991. Acrílico, bordado, tela, 41 x 31 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Col. Theodorino Torcuato Dias e Carmen Bezerra Dias, São Paulo.

20. Leda Catunda.




Duas bocas, 1994. Acrílico sobre tela, 225 x 207 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Coleção Galeria Camargo Vilaça. Foto: Eduardo Ortega.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Amílcar de Castro, Ana Resende, Bené Fonteles, Berê Bahia, César Oiticica Filho, Editora José Olympio, Fundação Athos Bulcão, Glauco Rodrigues, Leda Catunda, Lia Alencastro, Márcia Santana Pereira do Santos, Roberto Leite, Rogério Duarte, Sérgio Moriconi, Wagner Barja.





tivas, por exemplo, à identidade, à alteridade, ao erudito e ao popular, ao papel da cultura na construção da nacionalidade. Questões capazes de nos fazer redescobrir o país, iluminando, e ao mesmo tempo alimentando, nossa mais antiga obsessão coletiva, a de tentar decifrar o enigma Brasil.

Janaína Amado

Textos de

Fábio Lucas

Flávio Goldman

Lúcia Lippi Oliveira

Luiz Tatit

Marisa Lajolo

Mary del Priore

Murilo F. Gabrielli

Roberto Ventura

Willi Bolle

e de

Angélica Madeira

e Mariza Veloso

(organizadoras)

A diversidade dos textos publicados nesta coletânea revela uma busca deliberada de criar novas conexões entre abordagens históricas, sociológicas e literárias de narrativas que se inserem nessa tradição de "retratos do Brasil".

Identidade e alteridade constituem um par produtivo na permanente e obsessiva tarefa de construir a nação. O que se repete nessa fala engasgada, que ora afirma ora nega a singularidade dessa construção? Que discurso é esse que não pára de questionar seus pressupostos e de questionar-se a si mesmo?

Evidencia-se assim como o processo de construção histórica de uma nação é acompanhado pela emergência de narrativas que formam as várias camadas de sentido e que, ao admitirem múltiplas leituras, de acordo com os interesses e as preocupações de cada geração, vão contribuindo para tornar mais denso o campo de estudos sobre o Brasil.

Código EDU: 303399

ISBN 85-230-0606-0



9 788523 006068